

ALFABETIZAÇÃO INFANTIL: BARREIRAS ENCONTRADAS POR ALUNOS SURDOS NO ENSINO.

CHILDREN'S LITERACY: BARRIERS FOUND BY DEAF STUDENTS IN TEACHING.

Rosy Mikaely Gomes Alencar **1**
Silvania Marinho Silva **2**

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o processo de ensino/aprendizagem do estudante surdo na educação infantil. O tema é considerado relevante, pois discute os desafios da inserção desses estudantes no ensino regular. A realidade educacional tem conquistas significativas direcionadas a essas pessoas, frisando aqui a inclusão na escola. É pertinente elencar que as ações se materializam com grandes fragilidades, apresentando distanciamento com o que está proposto, ou seja, não condiz totalmente com a prática, pois há uma série de limitações envolvendo os diversos métodos pedagógicos de ensino, fazendo com que esses indivíduos não desenvolvam de forma satisfatória seu potencial ao longo da vida. Ao observar a legislação brasileira destinada às pessoas com surdez, percebe-se o direito teoricamente reconhecido, a exemplo tem-se a Língua Brasileira de Sinais. Utilizamos como pressupostos metodológicos a revisão bibliográfica, norteada a uma discussão teórica em relação aos desafios enfrentados por esses sujeitos na prática escolar.

Palavras-chave: Barreiras. Alunos Surdos. Inclusão. Ensino Regular. Ensino/Aprendizagem.

Abstract: This article aims to analyze the teaching/learning process of deaf students in early childhood education. The theme is considered relevant, as it discusses the challenges of inserting these students in mainstream education. The educational reality has significant achievements aimed at these people, highlighting here the inclusion in the school. It is pertinent to list that the actions materialize with great weaknesses, distancing themselves from what is proposed, that is, it is not totally consistent with the practice, as there are a series of limitations that involve the different teaching methods, making these subjects do not develop their potential satisfactorily throughout life. When observing the Brazilian legislation aimed at people with deafness, the right is theoretically recognized, for example, there is the Brazilian Sign Language. We used the literature review as methodological assumptions, guided by a theoretical discussion about the challenges faced by these disciplines in school practice.

Keywords: Barriers. Deaf Students. Inclusion. Regular education. Teaching/Learning.

Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). **1**
Professora e tradutora/ Intérprete de Libras no Colégio da Polícia Militar VI (CPM). Professora de Libras na Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1724556344492853>.
E-mail: rosymikaely2030@gmail.com

Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Integrada de Araguatins- FAIARA (2019). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1056441933341284>. **2**
E-mail: silsilmarinh@gmail.com

Introdução

A origem das principais fontes históricas na área da língua de sinais e a fundação das escolas para alunos surdos foi na Europa e nos Estados Unidos. A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS surgiu pela primeira vez na década de 80, onde passou a ser investigada e teve sua aquisição nos anos 90 (MORI, SANDER, 2015). É considerada pela linguística como língua natural da comunidade surda, não como uma deficiência ou patologia da linguagem, mas é considerada por pesquisadores uma língua primitiva e altamente complexa, por haver uma estrutura gramatical própria (BRASIL, 2002), com isso, o surdo que a utiliza é capaz de exprimir ideia, pensamentos e refletir sobre determinados assuntos que podem ser discutidos no meio da sociedade.

Para a comunidade surda antes de adquirir os direitos que hoje possuem, passaram por diversos momentos de exclusão como os ocorridos no congresso de Milão que foi um marco histórico lamentável, pois foi nesse momento que o oralismo iniciou e durou quase cem anos. Em seguida surgiu a comunicação total e o bilinguismo. Para esse grupo que é conhecido como minoritário, eles ainda não estão satisfeitos, querem que o que consta no decreto 5.626/05 seja colocado em prática, pois ainda há falta de profissionais habilitados para o atendimento educacional especializado e adaptações de materiais pedagógicos. (SACRISTÁN, 1995).

Pode-se fazer uma comparação entre criança ouvinte que tem contato com o estudo da Língua Portuguesa que começa aprender as regras do português com facilidade por ser sua língua materna, enquanto a criança surda por falta de audição chega à escola com pouco conhecimento ou quase nada sobre esse idioma, com isso, apresenta dificuldade de aprendizagem por não ser sua língua materna e ainda ser ensinada de forma oral essa é uma das maiores barreiras no ensino, assim para esse grupo é importante que ensine primeiro a língua de sinais, pois essa é sua primeira língua (GOMES, 2013). Por meio dessa situação exposta surgiu o problema: quais as barreiras encontradas por alunos surdos no ensino na educação infantil? Com esse questionamento o objetivo principal é procurar entender as dificuldades deles no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, a metodologia utilizada foi por meio de pesquisa bibliográfica.

É importante os professores que atuam na educação infantil ensinar a Libras para essas crianças com surdez, certamente ajudarão elas a crescerem intelectualmente para conseguirem socializar e por permite uma comunicação sem barreiras no âmbito familiar, escolar, comercial e profissional. É real a necessidade de um profissional especializado e habilitado para atendê-los, mas infelizmente ainda há instituições que não têm e isso além de ser um grande desafio, traz prejuízo para aprendizagem dos estudantes especiais (KARNOPP, QUADROS, 2001), o Atendimento Educacional Especializado – AEE é outro recurso que essas pessoas com direito de acessar o ensino no contraturno, é nesse espaço que elas desenvolverão mais as habilidades voltada para comunicação, ou seja, o professor do ensino regular precisa sempre manter contato com esse profissional do AEE para assim trocarem experiências e sugestões de ensino.

Para isso, existem legislações que as asseguram de um bom ensino como a lei 10.436/02, decreto 5.626/05 e autores como Mori e Sander (2015), Skliar (1997), Silva e Silva (2019), Sena, Carvalho e Melo (2017), Gomes (2013), Santos e Silveira (2001) e Rodrigues (2010) e outros, que discutem sobre essa temática e que fundamentam e dão base para esse trabalho científico.

Este artigo possui cinco segmentações. Na primeira retrata sobre a história da educação dos surdos, a segunda sobre as barreiras na alfabetização das crianças surdas, a terceira sobre o direito a cultura e comunicação, a quarta sobre a educação inclusiva para educação infantil e a quinta sobre a importância da libras na formação dos professores de pedagogia.

História da Educação dos Surdos

Mori e Sander (2015, p.1) afirmam que a história da educação de surdos no Brasil iniciou em 1857, ainda tem se discutido bastante sobre essa temática, com isso, há diversos trabalhos que apresentam fragmentos que contemplam essa educação, assim também em outras regiões como Europa e Estados Unidos ocorreram o espalhamento sobre essa educação no ensino. No mesmo ano foi fundado a primeira Instituição Federal de Ensino para surdos - o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES no Brasil.

Essa escola é uma referência até os dias atuais com o foco de incluir os surdos e garantir a

acessibilidade para facilitar a comunicação, pois é a partir do estímulo e aprendizagem dos sinais que podem tornar-se independente e com voz perante a sociedade. Outro ponto relevante nesse momento de descobertas é o papel de Dom Pedro II, o qual trouxe um professor surdo da França, Ernest Huet, que foi peça fundamental para se consolidar o que de fato já estava sendo discutido, como o uso da língua de sinais, ela se originou na França e em seguida foi se disseminando para outros países. (MORI; SANDER, 2015, p.2).

Para Skliar (1997, p. 109) há muito tempo atrás os surdos sofreram com todos os tipos de preconceito, no Egito, no China, Gália, Grécia, Roma Antiga, Turquia onde alguns até já foram humilhados e sacrificados, não tinham direito a educação, eram vistos como incompetentes ao ponto de serem jogados no rio, não podiam possuir propriedades, receber herança, ter empregos, pois eram dados como “bobos da corte”. Para os membros das Igrejas os surdos não tinham alma mortal, apenas porque não conseguiam seguir os mandamentos divinos.

Foram séculos de sofrimento e negação do direito à vida e ao ensino, sem poderem se defender ficavam a mercê da vontade divina, os conceitos mudaram apenas no fim da Idade Média, de acordo com os religiosos, desde então surgiram vários estudiosos, médicos e intelectuais que tentaram de diversas maneiras ensinar aos surdos a utilizarem alguns gestos e o ensino da escrita. (SKLIAR, 1997, p. 109).

Infelizmente a língua de sinais foi proibida para a comunicação e o ensino dos surdos por um determinado tempo, onde foram obrigados a fazerem uso da língua oral. Skliar, relata que existiram dois grandes períodos na história da educação de surdos: Um período prévio, que vai desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX, quando eram comuns as experiências educativas por intermédio da Língua de Sinais, e outro posterior, que é por volta de 1880 de domínio absoluto de uma única “equação” segundo a qual a educação de surdos se reduz à língua oral (SKLIAR, 1997, p. 109).

Com esses relatos vivenciou-se uma história marcada por sofrimentos e seguida de opressão, tudo isso pela falta de conhecimento por parte de ouvintes e de experiências por alguns educadores, como a gestualidade (língua gestual), além da imposição do oralismo. Foram anos e mais anos sem uma definição concreta de como ensinar o surdo por meio de uma forma eficaz e tudo causado por interesse político, filosófico e até religioso, menos por educativo.

As autoras Silva e Silva (2019, p. 207), relatam sobre algo que marcou a história dos surdos:

No ano de 1880, em Milão na Itália, aconteceu o Congresso Internacional de Educadores de Surdos e, nesse evento, o senhor Alexander Graham Bell, que inventou o telefone buscando uma forma de ampliar os sons, defendeu que o ensino dos surdos deve ocorrer exclusivamente pelo método oral. (SILVA; SILVA, 2019, p.207)

Essa decisão se perpetuou por anos, infelizmente a quantidade de surdos que se encontravam ali naquele congresso era em menor quantidade e com isso o método oral foi fortalecido, pois a maioria dos educadores eram ouvintes. Assim, “os surdos clamavam pela sua língua, por uma língua que poderiam usar para pensar, comunicar e interagir, [...] democracia, respeito, liberdade, cidadania”. (Mori; Sander, 2015, p.11), ou seja, mesmo proibidos de usar os sinais, eles ainda buscavam seus direitos.

Barreiras na Alfabetização das Crianças Surdas

As correntes filosóficas são um marco para comunidade surda, pois elas especificam bem como ocorreu o ensino ao longo dos tempos. Sena, Carvalho e Melo (2017) retratam sobre a primeira que é o oralismo, que se originou no congresso de Milão em 1880 um momento que estará marcado para sempre na história dessas pessoas, visto que foi nesse evento que houve a proibição do uso de sinais, assim:

a corrente oralista perdeu, por aproximadamente, um século e se caracteriza por apresentar aos surdos a necessidade de aprender a falar. Para tanto, eram utilizados métodos severos de fonoarticulação, treinamento de leitura labial e, muitas das vezes, o acorrentamento das mãos, na tentativa de impedir o surdo de realizar a sinalização. (SENA; CARVALHO; MELO, 2017, p. 01).

O oralismo é um marco histórico na educação até nos dias atuais, pois houve muito sofrimento e angústia para comunidade surda, enquanto isso a sua língua e cultura estavam paradas e sem desenvolvimento linguístico, literário e gramatical toda essa situação ficou considerada um caos e durou quase cem anos, outro marco é o prejuízo intelectual, uma vez que os surdos têm dificuldades para decodificar e memorizar a quantidade de letras expressas nas palavras da língua portuguesa. Assim, percebe-se que essas pessoas aprendem através da visão, mas os ouvintes nesse período acreditavam que todas as pessoas com surdez conseguiam fazer leitura labial e que se usassem os sinais não iriam querer falar.

Para o autor Gomes (2013, p.3) esses fatos foram constrangedores e desagradáveis para os surdos, pois fez com que se sentissem ineficientes e bobos, porque em diversos momentos no cotidiano fingiam entender as informações enquanto as pessoas movimentavam as suas bocas. Ao nascerem às crianças surdas sequer tinham contato com as notícias, histórias de vivências familiares, piadas, diálogos, ou seja, sempre limitados de todas as informações e por muito tempo eles começaram a frequentar a escola sem base da língua majoritária de seu país.

Assim, Gomes (2013, p.3) comenta que:

por não terem acesso à linguagem oral, geralmente às crianças surdas são privadas de situações que as crianças ouvintes vivenciam diariamente e que respondem pela aquisição incidental do conhecimento, tais como conversas com a família e contação de história, entre outros. Em decorrência disso, geralmente as crianças surdas chegam à escola com pouco ou nenhum conhecimento da Língua Portuguesa. (GOMES, 2013, p.3)

Após esses acontecimentos e a implantação do oralismo no ensino por volta de 1970 surgiu a corrente filosófica conhecida por comunicação total, a partir daqui eles começaram a ganhar espaço na sociedade e educação, o método utilizado é o uso de sinais junto com a fala, apresentado como uma das melhores formas de ensinar, nesse período o oralismo já não funcionava mais como base, essa concepção foi percebida por educadores que entraram para o mundo da investigação, entenderam que as pessoas com surdez desenvolvem a aprendizagem por meio de sinais, visto que por não escutarem eles têm um outro sentido mais aguçado, no caso a visão, e esse sentido precisava ser trabalhado de forma que essas pessoas pudessem compreender o mundo de forma mais rápida e eficiente.

Souto (2017, p. 2) conceitua:

a comunicação total, língua falada sinalizada, compreendida como aquela que busca todos os meios (mímica, pantomima, leitura labial e sinais) para o desenvolvimento da linguagem, tornando a língua falada mais compreensível ao surdo e auxiliando seu letramento se tornou, no início dos anos de 1970, o método de excelência a ser adotado na educação para surdos. (SOUTO, 2017, p. 2)

As escolas especiais iniciaram lentamente o uso de sinais, já que elas estavam enraizadas no oralismo. Aos surdos se deu voz e os professores ouvintes começaram a aprender os sinais com seus próprios alunos. A princípio eram utilizados e ensinados sinais caseiros, aqueles que criavam para se comunicar entre familiares e amigos, esse momento soou como libertação, pois aqui poderia ser eles mesmos e a sua cultura começa a ser respeitada. Então essa segunda corrente foi uma forma de abrir portas para o ensino bilíngue, que é a mais adequada e utilizada até hoje. Essa terceira corrente é sobre o Bilinguismo, que “é definido como o uso de duas ou mais línguas, é possível afirmar que a maioria das pessoas surdas que usa a língua de sinais e a língua majoritária pode ser considerada bilingue.” (PEREIRA; VIEIRA, 2009, p. 62).

Portanto, esse último acontecimento simboliza vitória, alegria, e conquista das lutas, através dela a comunidade surda conseguiu evoluir sua comunicação e aprendizado, porque agora não são obrigados a aprender a língua majoritária de seu país como L1 (Língua materna), aqui ela passa a ser L2 (Segunda Língua) e a língua de sinais L1, a partir daqui o ensino não é mais feito por tradução de palavras soltas como na comunicação total, mas um ensino contextualizado para levar o surdo a refletir como os ouvintes, por exemplo, eles têm dificuldades de entender metáforas, algo que é bastante utilizado por ouvintes, então o professor regente de uma turma que há crianças surdas precisa ter uma noção dos sinais para facilitar a comunicação entre ambos.

Contudo, o ensino bilíngue é a melhor forma que o professor da educação infantil que têm criança surda inserida pode utilizar, assim, essa é uma fase importante na vida deles, porque nessa fase é que aprendem o princípio de tudo, aqui aprendem sinais soltos e a decodificá-las dentro de contextos. O professor dessa fase não pode tratá-lo diferente dos outros, precisa tentar interagir sempre, criar uma aproximação com eles, pois se aqui não tiverem um acompanhamento adequado poderá ocorrer evasão escolar e serem prejudicados por toda sua vida. Se fizer um paralelo com todos esses momentos de alfabetização será percebido o quanto é um desafio para os docentes que atuam com esse público.

Alfabetizar uma criança surda é uma barreira muito grande, pois começa logo com a falta da inclusão educacional. No Brasil mais de quatro milhões de estudantes, segundo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a comunicação é um dos maiores desafios enfrentados pelos surdos, pois desde os primeiros anos escolares já uma barreira, é muito importante e essencial o uso da Língua Brasileira de Sinais.

O processo de alfabetização com crianças surdas é bem mais dificultoso, pois a maioria das escolas não estão preparadas estruturalmente para atendê-las, seja por falta de materiais adequados para ministrar as aulas, como formação adequada com o objetivo de ensinar esses docentes a se comunicarem com eles. Paula (2007) enfatiza que “Não se pode aceitar que uma criança com deficiência seja simplesmente colocada no mesmo espaço que as demais, sem que a escola se preocupe em atender suas necessidades educacionais especiais” (PAULA, 2007, p.11).

A Língua Brasileira de Sinais é a estratégia mais adequada para esse indivíduo se expressar e comunicar com o educando, principalmente aquelas que têm dificuldades de oralizar. Assim, é importante frisar que a criança surda para ser alfabetizado na língua portuguesa precisa primeira aprender a língua de sinais, por ser a sua língua materna, pois com esse conhecimento prévio os educandos não terão tantas dificuldades em compreender o processo alfabético disponibilizado pela língua portuguesa.

Pereira (2006, p. 62) dia que:

um aluno com surdez pode interagir e participar juntamente com os demais educandos nas atividades da sala de aula regular, fazendo uso dos dois idiomas principais do Brasil, a LIBRAS para os surdos e o português aos ouvintes. Desde que o educador possa incluir esse discente em todas as atividades propostas por ele no desenvolvimento do ensino aprendizado, sem haver separação de ouvintes e surdos, possibilitando aos

alunos a percepção em distinguir a relação da língua falada e escrita como fonte de interação e comunicação entre as pessoas. (PEREIRA, 2006, p. 62)

Mesmo com as barreiras de inserir os surdos no ensino regular no dia a dia há a necessidade de alfabetizá-los nas duas línguas, pois facilita o ensino/aprendizagem deles. Portanto, um ambiente organizado com recursos visuais facilita o seu entendimento, diferente do ensinamento da língua portuguesa que é pelo método oral.

Legislação: Direito a Cultura e Comunicação

A comunidade surda lutou muito por seus direitos, hoje uma das suas maiores conquistas é a lei 10.436 de 24 de abril de 2002, referência a Língua brasileira de sinais como reconhecida como meio legal da comunicação e expressão da comunidade surda, ela é a sua língua materna e não pode ser substituída pela língua portuguesa, só assim as crianças surdas poderão desenvolver sua aprendizagem de forma favorável, pois essa lei assegura o ensino de L1 adequadamente para esse grupo.

art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema desagradáveis em lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL 2005).

Essa lei é regulamentada pelo decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que ampliou mais os seus direitos, nela também estão bem referenciados a diferença sobre o de conceito de pessoa surda e deficiente auditiva, de acordo com o art.2º “é considerada pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras”. (BRASIL), já o segundo “Considera - se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”. (BRASIL).

Então, existe diferença entre o conceito das duas nomenclaturas, com o objetivo de não serem utilizados palavras preconceituosas quando se referir a essas pessoas, por exemplo, atualmente não é mais usado surdo-mudo, pois no decreto é bem claro o termo pessoas com surdez, a partir desse momento pode-se perceber o quão importante é respeitar e olhar para o outro como ele quer ser visto, pois só assim a interação ocorrerá de forma prazerosa.

Mas sempre houve outras legislações que tentavam de alguma forma incluir os alunos especiais dentro de um ensino acessível com o intuito de facilitar no ensino/aprendizagem deles, porém percebesse que algumas são mantidas somente no papel, um dos grandes exemplos é o que consta nas Bases – LDB e Constituição Federal, que garante o acesso à educação, o direito de igualdade.

a Constituição Federal de 1988, nos artigos 205 e 208, bem como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, nos artigos 4ª, 58, 59 e 60, garantem às pessoas surdas o direito de igualdade de oportunidade no processo educacional. Contudo, isso não tem sido uma realidade nas nossas escolas. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 2).

A lei 10.436/2002 regulamentada pelo decreto 5.626/2005 criada com o intuito de inclusão foi criada a dezessete anos atrás, porém a realidade ainda é precária nem tudo o que consta nelas está em prática, uma situação delicada, pois na prática ainda há muito a desejar, falta de profissionais, de professores habilitados para atuarem com esse público. Mas um ponto relevante é o atendimento educacional especializado – AEE, é um ganho favorável para esse grupo minoritário previsto no decreto e que é referenciado por autores como Santos e Silveira (2001 n. 3) que afirmam sobre o funcionamento do (AEE).

O Atendimento Educacional Especializado acontece no horário inverso ao da sala regular, duas vezes por semana nas escolas onde os alunos com surdez estão incluídos, com a professora do AEE e os instrutores surdos que ensinam LIBRAS. Sendo que esse atendimento tem duração entre três e quatro horas semanais. (BRASIL, 2005).

O AEE “funciona nas salas de recursos classes especiais dentro das escolas têm como foco a cooperação para a inclusão de alunos no sistema educacional brasileiro”. (BRASIL), portanto são assegurados de ter atendimento no contraturno, pois é nesse momento que aprenderem com mais detalhes os significados dos sinais e palavras dentro do contexto de L1 e L2. Santos e Silveira (2013, p.1) dizem que o profissional responsável para essa função é o pedagogo com uma especialização em educação espacial, pois dessa maneira esse aluno terá maior desenvolvimento cognitivo e no futuro não terá prejuízo quando passar para series que possuir tradutores e intérpretes de Libras, assim o professor da sala de recurso precisa sempre trabalhar junto com o do ensino regular para promover um melhor ensino.

Educação Inclusiva para Educação Infantil

A escola inclusiva é aquela que permite e respeita a presença de alunos com deficiência, que cria condições, estruturas e espaços com uma diversidade e acessibilidade para eles, no entanto, essas instituições nem sempre estão preparadas para recebê-los, assim, a evasão por parte da comunidade surda acontece por falta desse apoio, infelizmente causando exclusão. Assim, o ambiente para promover inclusão precisa de profissionais qualificados com postura, atitudes e acima de tudo sensibilidade que consiga lidar e conviver com os diferentes tipos de pessoas.

Segundo Ferrera e Guimarães (2003, p.117) é importante a inclusão desses alunos dentro e fora da escola. Eles afirmam que para haver essa situação principalmente na educação infantil o professor precisa buscar recursos visuais para trabalhar com as crianças surdas, ou seja, sempre pesquisar para inovar com o objetivo de construir um elo inclusivo por meio de práticas pedagógicas que busquem ampliar o conhecimento para melhorar o ensino/ aprendizagem, pois eles desenvolvem melhor por meio de recursos visuais.

Sacristán (1995), dizem que as formas de ensino vivem as mudanças consecutivamente, com isso, as ideias sempre estão em transformações, porque os profissionais sempre precisam estar em busca de novas motivações para melhorar as metodológicas de ensino, para tanto, “A prática educativa e metodologias não começa do zero: quem quiser modificá-la tem de apanhar o processo “em andamento”. A inovação não é mais do que uma correção de trajetória.” (SACRISTÁN,1995, p. 77), por isso, é importante o professor da educação infantil está continuamente pesquisando.

Outro ponto relevante que deve ser abordado é a relação do professor do ensino regular manter contato com o da sala de recurso, pois ambos podem trocar experiências e ideias para facilitar a transmissão de conhecimento de ambas as partes, porém nem sempre há esse contato. O AEE é importante para comunidade surda, porque é nesse momento que ele vai desenvolver a aprendizagem da L1 (Língua Materna) e L2 (Idioma do seu país) no caso dos brasileiros a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2007, p. 16).

O atendimento no contraturno favorece e promove a autonomia da pessoa com surdez, pois a partir do momento que ele aprende os sinais em Libras e a ler e escrever as palavras da língua de origem do país que nasceram conseguem evoluir intelectualmente, com base nisso não terão dificuldades de interação no futuro quando tiverem adultas e poderão a sair sozinhos, interagir com outras pessoas, a compartilhar sentimentos de alegrias ou tristezas, enfim tornam-se independentes. Então esse momento que eles têm por direito traz benefícios para as suas vidas, ou seja, essa proposta pedagógica remete a ampliação cognitiva deles.

O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve 92 Relma Urel Carbone Carneiro estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2007, p. 16).

O AEE faz parte da educação Inclusiva, segundo Sasaki (1998, p. 8) “A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade.” (SASSAKI, 1998, p. 8), Ou seja, igualdade para todos, onde alunos com desempenhos diferentes terão as mesmas oportunidades e objetivos na sala de aula, que é a aprendizagem, esse é um processo que deve ocorrer em escolas de qualquer níveis, desde que estejam preparadas para um ensino de qualidade, independentemente das suas especialidades, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns.

A Importância da Libras na Formação dos Professores de Pedagogia

Pode-se perceber pela forma como o autor Gomes (2013, p.3) relata sobre as escolas que os professores costumam usar como formas de ensino a Língua Portuguesa através das aulas expositivas, a escrita para produções textuais, a interpretação de textos encontrados nos livros didáticos ou trazido para serem discutidos em sala. Já em relação ao ensino para alunos surdos essa forma é mecânica, talvez possa dificultar aprendizagem deles, pois para aprenderem e memorizar palavras soltas o ajude somente a decodificar algumas frases mais simples, trazendo prejuízo para o seu entendimento

A formação do professor é um dos fatores mais importantes para o ensino/ aprendizagem, assim para o docente atuar na educação infantil precisa ter normal superior ou pedagogia para o ensino de Libras, nessa etapa o decreto nº 5.626/05 no Art. 5º especifica o que se precisa:

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal

superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe. (BRASIL, 2005).

Já no mesmo decreto no art. 4º no parágrafo único e art. 7º dizem que a prioridade para ensinar Libras é a pessoa surda, porém a mesma precisa ter formação e domínio dos dois idiomas Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, mas pela escassez desses profissionais surdos, quem passa a ministra as aulas geralmente são os ouvintes, alguns que começaram a alfabetizar antes da obrigatoriedade da disciplina em sua graduação sentem dificuldades para aprender, já outros por falta de oferta de capacitação não buscam ampliar seus conhecimentos e metodologias até encontrar uma que encaixe melhor para o público que atende.

Assim, vão apenas passando o aluno de ano após ano e quando ele chega em uma certa faixa etária percebe o quanto é frustrante e sentem-se usurpado pela falta de base que não tiveram no ensino. Para o professor de Pedagogia a língua de sinais é essencial na sua formação, pois ele poderá se deparar com alunos surdos e precisam estar preparados para recebê-los, por isso, é importante ter uma base para ajudar no desenvolvimento da aprendizagem dessas crianças, isso se dá por passarem muito tempo no ambiente escolar é de extrema relevância que as pessoas que convivem com eles consigam ensinar para se comunicar.

Neste mesmo contexto é afirmado por Rodrigues (2010, p. 6), que “a profissão de professor exige uma grande versatilidade” (RODRIGUES, 2010, p. 6), visto que requer autonomia e capacidade de traçar planos de intervenção pedagógica em diferentes condições, ou seja, é necessário mais do que uma formação acadêmica, sendo necessária também uma formação profissional. Para formação docente na área de Pedagogia é necessário que o conhecimento científico seja um fator que tenha prioridade a experiência, a ética e a responsabilidade e diálogo em geral na educação.

Skliar (2006, p. 32) diz que uma criança com surdez só saberá dizer em sua língua materna o que realmente deseja quando dominar L1 e L2, pois assim conseguirá se comunicar fluentemente em sala de aula ou em qualquer outro ambiente e o professor irá entender quais são suas dificuldades, evitará erros e estará mais preparado para lidar com as barreiras e dificuldades do cotidiano no ensino, ou seja, eles terão uma chance de entender o que ocorre em qualquer ambiente igualmente aos ouvintes, além de trazer suas próprias questões pessoais e alguns assuntos que vão além de suas dificuldades de comunicação.

Saber se comunicar com o aluno ajuda tanto o professor a entender que aquela criança não se resume à sua surdez, como a da criança que terá um apoio a mais durante sua vida escolar, demonstrar interesse por ela e permitir que crie pontos de apoio, são formas de promover uma educação mais igualitária e inclusiva de forma real e objetiva. (VYGOTSKY, 1988, p.191).

Vygotsky (1988, p. 191) também questiona quanto à situação desses alunos, que não basta os surdos frequentarem as escolas só para preencherem vagas sem participar das atividades desenvolvidas em sala ou só olharem a boca do professor “sem entender o que ele diz, esperando os movimentos dos colegas para descobrirem o que deverá ser feito, reproduzir o que vai ao quadro, sem compreender o significado”. (VYGOTSKY, 1988, p.191), ele ver isso como uma barreira no ensino.

Apesar das dificuldades encontradas pelos professores, existem aqueles que buscam formas e estudos, onde procuram está atualizado frente a essas barreiras. Profissionais comprometidos com o projeto pedagogia tendem a representar a diferença no ensino desse grupo, incluindo sua formação extra. O papel do professor na a relação da inclusão á Libras é destacar-se como mediador da comunicação, fazendo com que a criança surda faça parte da sociedade naturalmente.

Assim as autoras Krnopp e Quadros (2001, p.215), também expressão um ponto de vista bem próximo a este quando dizem que as escolas precisam garantir a inserção da Língua Brasileira de Sinais, como língua materna e do português como língua secundária desde o início das séries, ficando claro que a língua de sinais é ensinada de forma natural para os alunos surdos, porque é através dela que facilita o desenvolvimento cognitivo, igualando-os a uma criança ouvinte.

Resultados e Discussões

Os resultados referentes às barreiras apresentadas estão distribuídos em todos os tópicos apresentados na parte do desenvolvimento do artigo.

Tabela 1 - Barreiras para Inclusão de crianças surdas

Skliar (1997, p. 109)	Há muito tempo os surdos sofreram com todos tipos de preconceito, no Egito, no China, Gália, Grécia, Roma Antiga, Turquia onde alguns até já foram humilhados e sacrificados, não tinham direito a educação, eram vistos como incompetentes.
Skliar (1997, p. 110).	Foram séculos de sofrimento e negação do direito à vida e ao ensino. Os conceitos mudaram apenas no fim da Idade Média, surgiram vários estudiosos, médicos e intelectuais que tentaram de ensinar aos surdos a utilizarem alguns gestos e ao ensino da escrita.
(Sena, Carvalho, Melo, 2017, p. 01)	O oralismo é um marco histórico na educação até nos dias atuais, pois houve muito sofrimento e angústia para comunidade surda, enquanto isso a sua língua e cultura estava parada e sem desenvolvimento linguístico, literário e gramatical, prejuízo intelectual, uma vez que os surdos têm dificuldades para decodificar e memorizar a quantidade de letras expressas nas palavras da língua portuguesa.
Souto (2017, p.2)	Por volta de 1970 surgiu a corrente filosófica conhecida por comunicação total, a partir daqui eles começaram a ganhar espaço na sociedade e educação, o método utilizado é o uso de sinais junto com a fala, apresentado como uma das melhores formas de ensinar, nesse período o oralismo já não funcionava mais como base.
Pereira, Vieira (2009, p. 62).	A terceira corrente filosófica é o Bilinguismo. O professor dessa fase não pode tratá-lo diferente do outros, precisa tentar interagir sempre, criar uma aproximação com eles, pois se aqui não tiverem um acompanhamento adequado poderá ocorrer evasão escolar e prejudicados por toda sua vida
10.436/2002 regulamentada pelo decreto 5.626/2005	A lei criada com o intuito de inclusão, porém a realidade ainda é precária nem tudo o que consta nelas está em prática, uma situação delicada, pois na prática ainda há muito a desejar, falta de profissionais, de professores habilitados para atuarem com esse público.

Sacristán, (1995, p. 77),	A relação do professor do ensino regular ou regente manter contato com o da sala de recurso, pois ambos podem trocar experiências e ideias para facilitar sobre a transmissão de conhecimento de ambas as partes, porém nem sempre há esse contato.
---------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Considerações Finais

De acordo com os resultados encontrados através das pesquisas bibliográficas, conclui-se que as barreiras na alfabetização de crianças surdas na educação infantil passaram por diversos momentos como o oralismo citado por Silva e Silva (2019), nesse momento os surdos não podiam usar os sinais para aprender e muito menos para se comunicar, pois o método usado é o ensino oral. Souto (2017), afirma que quase cem anos depois alguns professores perceberam que havia um atraso na aprendizagem deles, então sugeriram o método comunicação total, era uma forma de falar e usar os sinais ao mesmo tempo, a partir daqui esse grupo começou a evoluir.

Mas esse não prevaleceu por muito tempo. Pereira e Vieira (2009) expõe o método de ensino bilíngue que é mais adequado para ensinar as crianças surdas a sua L1 que é a língua de sinais e sua L2 é a língua que é utilizada em seus país. Porém, com o resultado da pesquisa o que se tem percebe é que o que mais ocorre é a evasão desses alunos, quando eles percebem que os professores e colegas não conseguem entendê-los, os desmotivando a permanecerem na escola, por isso, é muito importante estarem sempre em busca de formação, porque se não a educação irá somente regredir e o método do oralismo poderá voltar.

Ademais, mesmo com a proposta do sistema de ensino bilíngue da escola inclusiva, os Surdos no Brasil vivem em uma realidade ainda precária, pois esse suporte que era para ter na educação infantil ainda é escasso e ineficiente, sendo o mais afetado na verdade é a vida de uma pessoa que tem uma dificuldade específica de se expressar e não interagir por tentarem e não conseguir se comunicar, e estando presos em seu mundo fechado, sem possibilidades de ampliação, perdidos no seu silêncio.

Os futuros pedagogos precisam sentir alegria por fazerem parte desse grupo de pessoas que anseiam por uma educação melhor e de qualidade, que sejam profissionais mediadores de conhecimento e comunicação para esse grupo minoritário, aprender a Língua Brasileira de Sinais pode ser destacadas como uma barreira para os discentes, mesmo assim precisam dar o seu melhor para conseguirem incluir alunos com surdez, só assim sentiram respeitados e valorizados.

Assim, diante do que se obteve de informação sobre a temática, afirma-se que os objetivos propostos para o fim das barreiras encontrados na alfabetização de alunos surdos no ensino sejam quebrados, porque a partir do momento que as identificamos podemos trabalhar em cima dessa deficiência de ensino para melhorá-la.

Por fim, espera-se que o estudo desperte em outros acadêmicos e profissionais da área da educação para continuarem aprendendo a Libras com objetivo de quebrar barreiras que impedem essas crianças de desenvolverem seu cognitivo na parte educacional.

Referências

BRASIL, **Constituição da república federativa do brasil de 1988**, DF, 1988.

BRASIL, Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Brasília, DF, 2005.

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**,

Brasília: SENAC, 2005.

GOMES, R. S. **Língua portuguesa como L2 para surdos**, Belém, 2013. P 2-38. Disponível em: http://www.uepa.br/portal/downloads/folder_Seminarioletras. Acesso em: 3 de Maio de 2016.

LACERDA, C.B.F. **A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambú. Anais... Caxambú: ANPED, 2000. [Links]. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 2000.

MORI, N. N.R., SANDER, R. E., **História da educação dos Surdos no Brasil**. Seminário de pesquisa do PPE. Universidade Estadual Maringá. Ano: 2015.

PEREIRA, M. C. C., VIEIRA, M. I. S., **Bilinguismo e educação de surdos**. Revista Intercâmbio, volume XIX: 62-67, 2009. São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, J.P.C., SILVEIRA, A., **Atendimento educacional especializado para alunos com surdez: intervenções pedagógicas a partir das fábulas no aee**. VIII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial Londrina de 05 a 07 novembro de 2013.

SASSAKI, Romeo. Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.

SILVA, Rosy. Mikaely Gomes., SILVA, Denyse. Mota. **Língua e linguagem: as suas multifaces para o ensino. a língua brasileira de sinais (libras): direitos e desafios na educação dos surdos e na formação de professores**. p.203, ano:2019.

SENA, F. S., CARLHAVO, L. S. F. B. MELO, M. A. L.. **Surdez: uma abordagem sobre a perspectiva oralista**. V Conedum Congresso Nacional de Educação. Ano: 2017.

SKLIAR, Carlos - **Abordagens sócio-antropológicas em educação especial (org.) Educação e exclusão; abordagens socio- antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 7- 49.

SOUTO, M. W. A., **Oralismo x bilinguismo: filosofias educacionais historicamente contrastantes e presentes na educação para o surdo**. Ano: 2017.

PEREIRA, M. C. **Leitura, escrita e surdez**. São Paulo: Secretaria do Estado de São Paulo. 2006.

VYGOTSKY, L. S., LURIA, A. R. & LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988, 298.

Recebido em 15 de dezembro de 2019.

Aceito em 22 de fevereiro de 2021.